

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais  
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Maria Fátima da Silva Augusti

**ASSENTAMENTO I DE SUMARÉ (SP):  
A Inserção do Jovem na Organização Local e no Processo de Luta pela  
Reforma Agrária**

São Paulo  
2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais  
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Maria Fátima da Silva Augusti

**ASSENTAMENTO I DE SUMARÉ (SP):  
A Inserção do Jovem na Organização Local e no Processo de Luta pela  
Reforma Agrária**

Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para obtenção do título de especialista em Gestão e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Esp. Alessandra Atti

São Paulo  
2014

Dedico este trabalho à minha mãe Maria (in memoriam), pelos grandes exemplos de dignidade.

Ao meu marido Edmilson, que com tanto amor me acompanha e me dá forças.

Às minhas filhas Vitória e Carolina, pela inspiração.

Ao meu irmão Valdecir da Silva, um grande exemplo na luta pela terra.

Ao senhor Calixto, símbolo de luta na ocupação do Assentamento I de Sumaré.

À humanidade, para que faça bom uso deste meu trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por ter me dado a oportunidade de viver e poder compartilhar com outrem o saber adquirido.

Ao meu esposo Edmilson e às minhas filhas Vitória e Carolina, por terem compreendido o motivo da minha ausência e terem dado força para que eu pudesse concluir este curso tão valioso.

Ao presidente da Fundação Perseu Abramo, Professor Livre Docente Márcio Pochmann, pela iniciativa de proporcionar a ampliação de conhecimento aos militantes do Partido dos Trabalhadores, por meio desta formação acadêmica.

À minha orientadora Prof. Esp. Alessandra Atti, pela leitura e contribuições ao trabalho.

A todos os professores, pelos ensinamentos.

Aos meus amigos irmãos Deputado Estadual Francisco de Assis Pereira de Campos (Tito) e sua esposa Célia Maria de Oliveira Campos, por estarem sempre presentes, incentivando, acreditando e apoiando a minha história.

À minha amiga Matilde Ribeiro, que tanto contribuiu na minha formação profissional e pessoal.

Aos meus irmãos Helena, Inês, Ivone, José Luiz, José Valmir e, em especial, aos meus irmãos assentados no Pontal do Paranapanema Valter, Valdir, Valdeir e Valdecir (in memoriam).

Aos entrevistados Lucinda Fátima, Ulisses, Altair, Soninha e Samuel, pela disponibilidade e ajuda.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de organização do Assentamento I de Sumaré (SP) e compreender a construção das estratégias para a garantia da permanência dos jovens nessas terras já obtidas por seus familiares. O Assentamento I de Sumaré (SP) existe desde o ano de 1984 e é modelo na região, no estado e no país. É considerado um assentamento bem organizado e produtivo. Com o estudo busca-se entendimento sobre como se dá a permanência dos jovens no assentamento e qual a compreensão deles sobre a luta pela reforma agrária. Para a metodologia do estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de um estudo de caso, para o qual foram feitas cinco entrevistas com jovens e pessoas da liderança local. Como em qualquer tipo de assentamento, independente do local, há a necessidade de políticas públicas distintas para melhoria da vida dos assentados para que estes se sintam cidadãos e possam exercer a sua cidadania.

Palavras-chave: Assentamento; Reforma Agrária; Juventude; Organização; Políticas Públicas.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>8</b>
2.1. Breve Histórico sobre a Reforma Agrária e os Movimentos Sociais.....	8
2.2. O Assentamento na Cidade de Sumaré-SP.....	9
2.3. A Juventude e as Políticas Públicas.....	11
<b>3. MÉTODO.....</b>	<b>15</b>
<b>4. ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO I DE SUMARÉ.....</b>	<b>16</b>
4.1. A História do Assentamento I.....	16
4.2. Caracterização do Assentamento I.....	18
4.3. As Entrevistas Realizadas.....	20
<b>5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>26</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>30</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco um estudo sobre o Assentamento I de Sumaré, cidade do interior do Estado de São Paulo (SP) com ênfase na inserção do jovem na organização local, bem como no processo de luta pela reforma agrária. Trata-se de uma experiência considerada bem sucedida, desde o ano de 1984, apesar das muitas dificuldades.

O estudo se justifica porque os movimentos sociais ressaltam a importância da continuidade e do fortalecimento da luta pela terra, uma vez que a reforma agrária é ainda uma demanda latente.

São várias as experiências de assentamentos, em busca de garantia de subsistência e posse da terra, apresentando muitos problemas em decorrência da ausência da reforma agrária.

No caso específico deste estudo, em seus 30 anos de existência, o Assentamento I de Sumaré tornou-se referência organizativa e produtiva no Estado de São Paulo e no país. Atualmente existem ainda os Assentamentos II e III.

Além das questões gerais, como a luta pela terra, agricultura familiar e organização para a produção, houve a adoção de estratégias objetivando a permanência dos jovens, envolvendo-os como protagonistas no desenvolvimento sustentável do assentamento.

No referido Assentamento existem 26 titulares de terra que com o crescimento de suas famílias ao longo do tempo somam hoje 59 famílias. Esses 26 titulares são os mesmos 26 que lutaram pela conquista da terra em 1984, ou seja, ainda permanecem no Assentamento 1, com seus filhos e netos, como atuais titulares das terras, garantindo a continuidade organizativa e produtiva.

Apesar de ter obtido êxito nas estratégias adotadas, algumas dificuldades e desafios fazem parte do cotidiano, a partir do que se considera ser o melhor para a sustentabilidade do assentamento e da permanência dos jovens, assim como sua vinculação com a luta pela reforma agrária.

Nesse sentido, torna-se importante buscar quais foram as estratégias adotadas ao longo da história desse assentamento, assim como as questões atuais para a permanência dos jovens nesse local já conquistado por seus pais.

Para tanto foi elaborado o seguinte problema de pesquisa:

A organização e o desenvolvimento do Assentamento I de Sumaré contribuem para a permanência dos jovens nas terras conquistadas pela família e para a continuidade de envolvimento destes na luta pela reforma agrária?

Com este problema de pesquisa este estudo tem como objetivo:

Analisar o processo de organização do Assentamento I de Sumaré (SP); compreender a construção das estratégias para a garantia da permanência dos jovens nessas terras já obtidas por seus familiares, bem como a sua luta pela reforma agrária.

Para a organização do referencial teórico foram utilizados autores que abordam a juventude brasileira, a reforma agrária, as políticas públicas e os direitos humanos.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Assentamento I de Sumaré (SP): A inserção do jovem na organização local e no processo de luta pela reforma agrária” tem por base a reflexão sobre a inclusão, permanência e envolvimento dos jovens em âmbito local e na luta geral pela terra.

### 2.1. Breve Histórico sobre a Reforma Agrária e os Movimentos Sociais

Historicamente, os movimentos sociais têm mantido a luta pela reforma agrária, mas essa é ainda uma reivindicação pouco atendida pelo Estado brasileiro. A cada dia aumenta o número de assentamentos, em busca de garantia de subsistência e posse da terra; sem respostas efetivas às suas demandas muitos são os problemas e dificuldades.

Medeiros (2003, p.7) alega que a questão agrária tem origens remotas desde a época da invasão e colonização do país pelos europeus, e tem adquirido diferentes perfis ao longo dos tempos, contudo, “desde meados do século XX o tema reforma agrária tem mostrado uma extraordinária força política”.

Contribuindo para o entendimento político sobre a luta histórica pela reforma agrária, a referida autora argumenta que tal reforma não é como muitos autores tem afirmado, ou seja:

Sinônimo de atraso, ameaça a desestruturação de sistemas produtivos, mas simplesmente uma das faces da luta contra a desigualdade econômica e social e, portanto, uma das ferramentas da construção de uma efetiva democracia, baseada na possibilidade de continua expansão e criação de direitos. (MEDEIROS, 2003, p.95).

No que se refere aos movimentos sociais são vários os interlocutores na luta pela terra, mas, o principal tem sido o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), agregando-se a organizações urbanas e rurais como, por exemplo, os partidos políticos, os movimentos sindicais, as instituições religiosas, os setores camponeses, os quilombolas, entre outros, tendo por base a negociação com o Estado, os latifundiários (em particular o Bloco Ruralista) e os setores empresariais e da grande agricultura.

Ressalta-se aqui que a expressão Bloco Ruralista, segundo Medeiros (2003, p.41) é utilizada no Congresso Nacional para designar a “forma de atuação dos interesses ligados à propriedade fundiária e à agropecuária”. Trata-se de um grupo parlamentar que, de acordo

com Oliveira (2001, p.14) “vota unificadamente somente nas proposições que possam afetar seus negócios no mercado”.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, houve a intensificação da luta pela terra, combinando com alguns fatores importantes na luta dos trabalhadores por direitos democráticos. Dentre eles podem ser citados: a organização pelo fim da ditadura militar culminando com a abertura política em 1985; a forte organização política pelo voto direto para presidente da república, as “Diretas Já”, em 1984; a Revisão Constitucional em 1988 entre outros.

Particularmente, as demandas dos trabalhadores sem terra tiveram grandes avanços como a definição da função social da terra. Contudo, essa definição da função social da terra, para Medeiros (2003, p.40) “não impediu, no entanto, que a Carta Magna contivesse um conjunto de mecanismos de bloqueio à possibilidade de uma reforma agrária tal como defendida pelas organizações representativas dos trabalhadores do campo”.

Dado o fortalecimento e continuidade da luta dos trabalhadores sem terra, mesmo com muitos conflitos (como a violência no campo, o assassinato dos trabalhadores, a humilhação e criminalização dos trabalhadores) intensificou-se a existência de assentamentos com a ocupação e seguidas negociações para obtenção da terra, seja por interesse social, compra ou utilização de terras públicas.

## **2.2. O Assentamento na Cidade de Sumaré-SP**

Em linhas gerais, em Sumaré, município paulista, pertencente à Região Metropolitana de Campinas (RMC), a partir da experiência do assentamento sem terra, a situação não tem sido diferente da luta geral pela reforma agrária. No entanto, com 30 anos de existência, a experiência tornou-se bem sucedida, como uma referência organizativa e produtiva no Estado de São Paulo e no país, destacando-se pela forma de distribuição da terra e estruturação das relações familiares e de vizinhança, a forma de produção e escoamento da mesma, entre outras.

Um importante documentário em vídeo intitulado “Sumaré História Viva” – com roteiro e coordenação de Ana Beraldo, projeto desenvolvido sob os auspícios da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura, patrocinado pela Honda Automóveis do Brasil, em 2011 – documenta a história do assentamento, construída por muitas vozes.

O documentário aborda três temas: Da sesmaria à modernidade; A emancipação de Hortolândia; A busca de uma identidade do Assentamento I – a terra e sua gente, que no conjunto se interligam e formam uma rede de interlocução com cadência e equilíbrio.

Nesta terceira parte do vídeo, que aborda especificamente o Assentamento I, há alguns depoimentos sobre o que representa esse assentamento para as pessoas que o organizaram e para as que nele vivem.

São alguns desses depoimentos no documentário:

Para Francisco de Assis Pereira de Campos, mais conhecido como Tito, da equipe organizadora, “o Assentamento I é fruto das reflexões feitas nas comunidades eclesiais de base à luz da leitura do evangelho e da necessidade que essas famílias viviam efetivamente”. Segundo ele foi um “movimento de organização pela ocupação pacífica da terra” buscando “saída para um crescimento incontrolável na região”.

Para Ulisses Nunes Gomes, assentado titular, “o Assentamento garantiu a unidade das 26 famílias [...] tinha divergência, mas tudo era pautado pela unidade”. Cita no documentário que “é mais fácil conquistar a terra do que lidar nela”, mas que valeu a pena porque o assentamento se transformou “numa unidade de promessa com sustentabilidade”.

O assentado titular João Araújo Lima menciona que no começo tudo foi difícil, que o terreno foi dividido em dois setores “um setor de moradia e um setor de produção de lavoura”. Cita que foram muitas as tentativas de cultura até chegar ao que se tem hoje.

Atualmente, segundo Rodrigo Bernardo da Rocha que é agricultor no assentamento, são plantadas muitas frutas, principalmente a banana e diversos tipos de hortaliças, sendo essa plantação encaminhada em sua maioria para a prefeitura local.

Medeiros (2003, p.86) reforça esse depoimento quando afirma:

Os assentamentos tenderam a representar mudanças nas formas de ocupação de espaço, transformando áreas onde predominavam pastagens, criação extensiva, monoculturas decadentes e em crise. Nelas foi diversificada a paisagem, com a introdução de novos cultivos, criações, a produção para mercados locais.

Além das questões gerais, como a luta pela terra, agricultura familiar e organização para a produção, houve a adoção de estratégias objetivando a permanência dos jovens, envolvendo-os como protagonistas no desenvolvimento sustentável do assentamento.

As mesmas 26 famílias que lutaram pela conquista da terra em 1984 permanecem no Assentamento I, muitas delas tendo os filhos e os netos (portanto os jovens) como atuais titulares das terras, garantindo a continuidade organizativa e produtiva, num total de 59 famílias.

Mesmo com essa peculiaridade, certamente a vida dos jovens no que diz respeito ao acesso aos direitos e às políticas públicas não se diferencia do que tem sido a vida dos jovens de maneira geral.

### **2.3. A Juventude e as Políticas Públicas**

A questão dos jovens na atualidade brasileira tem sido foco de debate, mas, em geral, as abordagens voltam-se mais diretamente para os espaços urbanos.

Três importantes produções analisam a perspectiva juvenil vinculando-as as políticas públicas: “Políticas Públicas: Juventude em Pauta” de Maria Virginia de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (2003); “Retratos da Juventude Brasileira - Análises de uma Pesquisa Nacional” de Helena W. Abramo (2005); “As Políticas de Igualdade Racial no Brasil” de Matilde Ribeiro (2009).

Freitas e Papa (2003, p.7) argumentam que, do ponto de vista da política pública, os jovens foram vistos como vítimas ou protagonistas de problemas sociais, uma vez que os projetos iniciais focaram questões como desemprego, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, drogas e particularmente violência. “E à medida que esta última ganhava destaque entre as preocupações na sociedade, mais os jovens eram com ela identificados, reforçando no imaginário social a representação da juventude como problema”.

As autoras informam que, com o reconhecimento de que a juventude vai além da adolescência e “pela ação dos próprios jovens, assim como de ONGs e outros segmentos, um amplo processo de afirmação da necessidade de reconhecê-los enquanto sujeitos de direitos começa a ganhar força e legitimidade”. (FREITAS; PAPA, 2003, p.7).

Buscando aprofundar a reflexão sobre esta questão, a Fundação Perseu Abramo (FPA) realizou a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, partindo do consenso de que os jovens devem ser considerados como sujeitos de direitos, o que justifica a adoção de políticas públicas específicas para esse setor. (ABRAMO, 2005).

A pesquisa da FPA, Abramo (2005, p.56-58) aponta para importantes situações da condição juvenil, destacando os aspectos econômicos e sociais:

74% dizem que há mais coisas boas do que ruins em ser jovem [...]. Tal positividade pode ser vista nas respostas relativas ao grau de satisfação com uma série de itens da sua vida – saúde, aparência física, capacidade de tomar decisões, família, amizades, relações afetivas, educação, lugar onde moram. ‘Só a satisfação quanto à possibilidade de trabalho é que divide os jovens: enquanto 50% se dizem satisfeitos, 49% se declaram pouco (24%) ou nada (25%) satisfeitos’. [...] *As piores coisas* de

ser jovem estão, com índices e citações muito semelhantes, *conviver com riscos* (23%), *falta de liberdade* (22%) e *falta de trabalho e/ou renda* (20%). Os outros agrupamentos são *imaturidade/irresponsabilidade* (juntando frases como ‘não ter experiência’, ‘não enxergar os perigos da vida’, ‘fazer as coisas sem pensar’), com 9%, e *desrespeito/incompreensão* (juntando ideias referentes à falta de compreensão, confiança e respeito de adultos pelos jovens), com 5%.

O trabalho, ou melhor, à falta dele, é citada por Abramo (2005, p. 58) como a pior condição pelos jovens. Para os homens e mulheres “que estão no grupo etário intermediário, entre 18 e 20 anos de idade: 25% deles fazem essa avaliação, ao lado de 16% dos adolescentes”. Vemos pelas categorias internas que tal avaliação é feita, sobretudo, pela “referência à falta de experiência para conseguir trabalho”. Na área educacional, a questão central parece ser:

A de possibilitar uma retomada que possa ser conciliada com as outras esferas em que o jovem já vive a sua vida e que possa fazer sentido na sua trajetória. Também não se pode esquecer a presença significativa de casados e/ou com filhos, principalmente as moças, nesse grupo etário. (ABRAMO, 2005, p. 68).

Na pesquisa, os jovens manifestam, de maneira geral, ainda que ressaltadas muitas dificuldades cotidianas, uma avaliação positiva de sua condição, quando se estabelecem comparações com períodos anteriores, em que o tratamento dispensado às questões ligadas a preconceitos, discriminações, machismo e racismo era bem menor.

Essa perspectiva de mudança é sem dúvida produto de lutas sociais. No entanto, é necessário incluir uma análise dirigida alguns aspectos relevantes no que diz respeito à diversidade e as questões sociais como, por exemplo, a questão racial, a homossexualidade e a origem – como a vida dos jovens no meio rural, e, em especial nos assentamentos.

Carneiro (2005) afirma que é bem mais recente o interesse pelo universo sociocultural dos jovens rurais, pois, comumente, estes ficam restritos à ótica da divisão social do trabalho no interior da família. Para a autora, é preciso que se dê visibilidade aos jovens rurais no que se refere a sua participação nas diversas esferas da vida social, inclusive para que possam ser inseridos com bem mais atenção nos programas de combate à pobreza e nas políticas públicas.

Esta visibilidade é fundamental para que se supere o estereótipo baseado na noção urbana de juventude, sustentado pela percepção da existência de um espaço juvenil de irresponsabilidade em contraposição ao mundo adulto. No setor rural, a sobrevivência dos jovens trabalhadores lhes adianta, muitas vezes, o papel conferido aos adultos e os faz assumir a condição de chefes de família a partir dos 15 anos de idade, ou menos. (CARNEIRO, 2005, p.108).

Nesse sentido, Ribeiro (2008) mesmo focando sua análise sobre os passos organizativos da juventude negra, menciona aspectos da I Conferência Nacional de Juventude realizada em abril de 2008 pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Presidência da República, em conjunto com o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). Esta I Conferência teve como lema “Levante sua Bandeira” e mobilizou mais de 400 mil pessoas em todo o país, segundo a referida Secretaria. A Conferência estimulou a discussão da temática juvenil por parlamentares, prefeitos, secretários, governadores, entre outros agentes públicos. Foram aprovadas mais de 70 resoluções e 22 prioridades visando nortear as ações para a juventude em todo o país.

A autora informa que os resultados do momento interativo dessa conferência estão esquematizados em diversas prioridades para serem incorporadas a Política Nacional de Juventude (PNJ): ensino superior; educação profissional e tecnológica; educação básica (ensino médio); educação básica (elevação de escolaridade); trabalho; cultura; sexualidade e saúde; meio ambiente; política e participação; tempo livre e lazer; esporte; segurança; drogas; comunicação e inclusão digital; cidades; família; povos e comunidades tradicionais; jovens negros e negras; cidadania LGBT; jovens mulheres; jovens portadores de deficiência; fortalecimento institucional da PNJ; e, finalmente, juventude no campo.

Em 2011, na II Conferência Nacional de Juventude, que teve como lema “Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil” houve o encontro de delegações eleitas em mais de mil municípios de todos os estados do Brasil, bem como uma delegação internacional de 14 países das Américas do Sul e do Norte, África e Europa. Foram realizadas mais de 1500 conferências.

Nessa Conferência, no eixo denominado “Direito ao Território”, dá-se ênfase à juventude rural com a intenção de discutir a realidade dos jovens de meio rural com seus projetos de vida e a sua própria realidade do campo, ou seja, pensar no que é possível ser feito para que esses jovens se mantenham no campo ao invés de migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Isto porque o campo não apresenta atrativo como a cidade. No campo, em sua maioria, os jovens estudam menos, ganham menor remuneração e, por tais condições, muitas vezes, torna-se necessário deixar o campo para ajudar a família.

É preciso que os jovens do campo vejam nesse campo um espaço rico que vai muito além apenas da riqueza agrícola ou produtiva; este deve ser visto como um espaço também cultural, de melhor qualidade de vida, sustentável para o desenvolvimento de seus projetos de vida.

Neste estudo especificamente, pode-se perceber que há um distanciamento do que é o cotidiano dos jovens no Assentamento I de Sumaré dos debates mais gerais sobre a política pública voltada à juventude, embora a vida apresente muitas semelhanças.

Apesar da organização do Assentamento I de Sumaré ter obtido êxito nas estratégias adotadas, algumas dificuldades e desafios fazem parte do cotidiano, a partir do que se considera ser o melhor para a sustentabilidade do assentamento e da permanência dos jovens, assim como sua vinculação com a luta pela reforma agrária.

### 3. MÉTODO

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada e a descrição dos procedimentos utilizados para a obtenção e análise dos resultados.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que se dá por meio de estudo teórico em livros, artigos e vídeo, bem como um estudo de caso desenvolvido no Assentamento I de Sumaré.

No entendimento de Richardson (1999, p.80), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuindo no processo de mudança de determinado grupo”; ou seja, propiciam um aprofundamento na análise dos fenômenos estudados.

Já o estudo de caso corresponde, segundo Oliveira (2011, p.93) à “maneira de organizar os dados em torno de uma unidade escolhida”, no caso o Assentamento 1 - Sumaré.

Na concepção de Yin (2005), o método de estudo de caso é:

Uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto real de vida, no qual as fronteiras entre fenômeno e contexto não são claramente evidentes e no qual, múltiplas fontes de evidências são usadas.

Para Yin (2005) a escolha deve ser realizada com base em três fatores: o tipo de questão que a pesquisa pretende responder, a contemporaneidade do fenômeno que se pretende estudar e a possibilidade de controle sobre esse fenômeno. Assim, o método de estudo de caso é o mais adequado quando procura responder questões do tipo “como” e “por que”, quando o fenômeno estudado é contemporâneo (isto é, ainda esta ocorrendo), e quando há pouca ou nenhuma possibilidade de controlar os fatores envolvidos.

Buscando respostas ao problema de pesquisa apresentado na introdução foi realizada visita, bem como, foram realizadas cinco entrevistas com pessoas diretamente envolvidas no Assentamento I de Sumaré. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e são apresentadas em apêndice ao final deste trabalho.

Na visita buscou-se observar a organização, a produção, a infraestrutura, as políticas públicas, as relações interpessoais, entre outras.

Com as entrevistas objetivou-se obter informações de vida e de trabalho dessas pessoas envolvidas, sua vivência e experiência, seus valores, sua luta pelo assentamento.



## 4. ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO I DE SUMARÉ

### 4.1. A História do Assentamento I

O Assentamento I de Sumaré completa trinta anos em 2014, mas a preparação do movimento para a ocupação teve início nos três anos anteriores a 7 de fevereiro de 1984 e os assentados têm uma história em comum que começa nas últimas décadas do século passado, alguns pela influência direta da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS).

O século 20 foi o século da explosão urbana no Brasil. Uma multidão deixou a zona rural em direção às cidades em busca dos empregos prometidos pela indústria, que cresceu a taxas significativas, mas que não absorveu toda a mão de obra vinda do campo. A concentração fundiária e a ausência de uma política agrícola para pequenos e médios produtores rurais alimentaram o esvaziamento do campo.

O resultado foi o inchaço, a proliferação das favelas, o caos urbano instalado na transição para o século 21. A multidão de desempregados, resultante da crise econômica que marcou o final do governo do general João Batista de Figueiredo, passou a buscar alternativas de sobrevivência, e uma delas foi a ocupação de terras, em um movimento de retorno às origens – esse foi o tom das ocupações que levaram ao Assentamento I de Sumaré. (MARTINS, 2004, p. 31).

Vindos de várias regiões do país a história em comum começa nas reuniões das CEBs nas comunidades da Nova Boa Vista e Nossa Senhora de Fátima, em Hortolândia. Dessas reuniões, além dos futuros assentados, participavam os então seminaristas José Antonio Bacchim e Francisco de Assis Pereira de Campos (Frei Tito), ligados ao Seminário dos Capuchinhos de Nova Veneza, em Sumaré (SP) e os padres José Rubens, Praxedes, Guilherme, Arnaldo e Benedito Ferraro. As reuniões estimulavam os ex-trabalhadores rurais, transformados em operários desempregados, a refletir e comparar a realidade tratada nas Escrituras com a sua realidade.

Segundo o Sr. João Calixto da Silva, falecido há dois anos, considerado pioneiro na luta pela cultura negra e pela reforma agrária na região de Sumaré e também um dos primeiros assentados:

Nós aprendemos uma nova igreja, uma igreja viva. Eu deixei de assistir o Silvio Santos no domingo. Aquilo não me interessava mais. Nas CEBS descobrimos os novos Pilatos e os novos Herodes. E descobrimos que querer lutar pela terra, de onde saímos, não era pecado. A reforma agrária é um projeto de Jesus Cristo, não é de uma ideologia ou um partido político. (MARTINS, 2004, p.81).

Já na opinião de João Lourenço da Silva, também um dos assentados:

Os padres e seminaristas perguntavam: o que vocês gostariam de estudar? Aí nós conhecemos melhor a Bíblia, o livro do êxodo. A leitura do evangelho formou a nossa consciência. Vimos que a terra é de Deus, não tem dono. Veio daí a mística da terra. A nossa saída era voltar para a terra. Não fomos preparados para sermos metalúrgicos ou outra coisa assim. Escolhemos lutar pela terra, como Moisés lutou pela libertação de seu povo que vivia na miséria. (MARTINS, 2004, p.81).

Foram diversas reuniões refletindo o livro do êxodo, até surgir a primeira ocupação por esse grupo, a fazenda Tamoio, na cidade de Araraquara. Diante da pressão da polícia e ameaças de capangas para a desocupação e após a desistência de dois membros, houve um momento, antes do prazo estabelecido para a desocupação, que muitos do grupo pensaram em desistir, mas uma fala do Sr. João Calixto da Silva, foi muito importante para o fortalecimento da luta:

“Quando saí de casa, meu filho perguntou onde eu ia. Eu disse que ia buscar um pedaço de chão pra nós morar e trabalhar. Ele disse que era pra mim não demorar. Com que cara eu vou voltar pra casa e encarar meu filhinho? Eu vou continuar na luta”. (MARTINS, 2004, p.81).

O grupo, com quarenta e cinco membros partiu para uma nova ocupação em Araras (SP), de onde novamente foi expulso. Em negociação com o Estado, chegaram ao Horto Florestal de Sumaré, área de propriedade da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), onde se efetivou o Assentamento I.

O Horto Florestal era formado, na época, praticamente por eucaliptos. Com a ajuda das igrejas conseguiram destocar e começar a produção por meio da agricultura sustentável, ou seja, numa prática em harmonia com o meio ambiente. Os assentados optaram por implantar uma agrovila. Todas as casas se concentraram em uma rua e os lotes de produção no entorno delas.

Atualmente, o Assentamento I está todo estruturado com: água encanada, esgoto, energia elétrica e muitos moradores tem acesso à internet. Todas essas conquistas são fruto dos trinta anos de trabalho da comunidade. Nesse sentido, o Assentamento I vem buscando novas formas de agregar valores e utilizar a mão de obra da juventude, não necessariamente, somente no campo.

Os assentados possuem qualificação adequada para cuidar da administração do Assentamento I, da manipulação e preparação dos produtos para o escoamento e comercialização da produção.

Entre as atividades exercidas pelos assentados iniciou-se um trabalho voltado ao turismo rural, ainda não totalmente formatado para as condições do mercado, mas que já acontece e é procurado por escolas que fazem estudo da questão agrária e o próprio estudo do meio. Trata-se de uma oportunidade para os jovens, em geral, conhecerem a realidade de um assentamento e a sua importância para a história, quebrando estereótipos, preconceitos e promovendo a conscientização dos estudantes para os conflitos sociais da terra, não somente por meio do que é mostrado na mídia, mas sim pela própria realidade.

Entre outros projetos, o assentamento tem trabalhado muito a questão ambiental e um desses trabalhos foi realizado com os jovens do assentamento juntamente com jovens que vivem em áreas de risco na cidade. Importante destacar um projeto de recuperação da mata ciliar, desenvolvido entre 2004 e 2009, envolvendo a juventude no plantio de árvores nativas em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) de Piracicaba (SP).

Outro trabalho que se destaca na questão ambiental é o artesanato feito com o caule da bananeira, material que possui uma textura própria e que antes era descartado, agora é transformado em artesanato pelas mãos de um grupo de mulheres assentadas. A consciência ambiental está presente desde a fundação do assentamento. As famílias assentadas produzem para o seu próprio sustento e como pequenos agricultores são responsáveis pela produção dos alimentos de qualidade que chegam às mesas dos brasileiros.

Vale salientar que segundo o vereador Ulisses Nunes Gomes, o terreno onde se localiza o assentamento era de propriedade da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA).

#### **4.2. Caracterização do Assentamento I**

O Assentamento I de Sumaré possui uma característica diferenciada na sua estrutura, ou seja, visando o aproveitamento da estrutura existente no local, quando da ocupação, para facilitar a implantação da infraestrutura necessária, como abastecimento de água e acesso à energia elétrica, decidiu-se que as famílias construiriam suas casas próximas umas das outras, nascendo assim uma agrovila.

Cada família ocupou uma área de dois mil metros quadrados e também foram destinadas mais nove áreas de dois mil metros para o uso comum. É nesse espaço que hoje existe uma escola, um campo de futebol, duas igrejas – uma católica e uma evangélica – galpões de uso comum para o processamento da produção agrícola e onde são desenvolvidos projetos como o de artesanato da fibra de bananeira, salão comunitário para reuniões e uma biblioteca.

Com relação à produção e comercialização de seus produtos, os agricultores dos Assentamentos I, II e III fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária e Comercialização dos Assentamentos de Sumaré (COOPASUL) responsável pela condução das parcerias e projetos, comercialização e escoamento da produção dos três assentamentos.

A produção dos três assentamentos está voltada para o cultivo de frutas, legumes e hortaliças com cerca de setenta itens, com ênfase para a produção de banana (nanica e prata), tomate e goiaba vermelha.

A maior parte da produção é destinada às parcerias e projetos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Sua distribuição semanal contempla:

- 14 (quatorze) toneladas ao município de Sumaré (SP) – PAA, CRAS e Entidades.
- 8 (oito) toneladas para o município de Hortolândia (SP) – Banco de Alimentos e Cozinha Experimental.
- 5 (cinco) toneladas ao município de Guarulhos (SP) – restaurante popular.

No que se refere às parcerias, cabe ressaltar que entre os diversos projetos em parceria com universidades da região, destacam-se: um projeto de recuperação da mata ciliar, desenvolvido entre 2004 e 2009, envolvendo a juventude no plantio de árvores nativas em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) de Piracicaba (SP) e um projeto de conscientização voltado à permanência do jovem no campo, projeto este em parceria com a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

O Assentamento I igualmente promove eventos e o mais famoso é a tradicional Festa da Mandioca que acontece anualmente. Neste ano de 2014, ocorrerá a 17ª sétima festa, em dois finais de semana do mês de junho, em comemoração ao padroeiro São João Batista, fazendo parte do calendário de eventos do município.

### 4.3. As Entrevistas Realizadas

As entrevistas foram realizadas com cinco pessoas de pleno envolvimento com o Assentamento I de Sumaré. São três jovens nascidos, residentes e atuantes na comunidade local (Altair e o casal Sonia e Samuel), um assentado titular que exerce mandato de vereador na cidade de Sumaré e que já foi presidente da cooperativa (Ulisses) e a presidente atual da Cooperativa de Produção Agropecuária e Comercialização dos Assentamentos de Sumaré (COOPASUL) que igualmente é moradora e agricultora local (Lucinda Fátima).

Com a intenção de apresentar os depoimentos desses entrevistados segue boa parte dos trechos de cada entrevista.

**Entrevistados 1 – Casal Sonia Meli Silva, jovem moradora do assentamento, filha de assentado falecido (Sr. Calixto), com formação em Turismo e o marido, o assentado Samuel Dias da Silva.**

A importância da luta pela terra e pela reforma agrária é uma questão de justiça, uma questão de realocar a sociedade e é para todo mundo. Para quem está no campo porque vai ter o que comer e vai ter um trabalho e para quem está na cidade vai ter a oportunidade de “desinchar” a cidade favorecendo a estrutura e oferecendo a todos uma vida com dignidade. É uma reforma do país para que todos possam trabalhar e comer.

A vida do jovem no assentamento é muito boa, pelo menos para mim, sou jovem e adoro morar aqui. A gente tem o sossego do campo, conhecemos todas as pessoas que moram aqui, temos um laço de amizade e podemos estar em contato com a terra, poder saber sobre a produção e, além disso, usufruir dessa ecologia, do verde e da natureza. Também há no assentamento algumas alternativas para os jovens como, por exemplo, o campo de futebol.

Além de uma moradia privilegiada, por não ter a poluição e o barulho da cidade, há muito crescimento pessoal e político. Nós sabemos a importância da política na nossa vida, em especial a história de vida que o assentamento proporciona; é algo que talvez eu, por exemplo, não teria se morasse em outro lugar.

Para melhorar a vida dos jovens ainda mais, considerando que o assentamento hoje chegou ao patamar em que a produção está estabilizada, é preciso criar novos mecanismos para utilizar a força de produção dos jovens que, muitas vezes, têm curso superior e qualificação e o assentamento precisa buscar formas para isso. O turismo rural, por exemplo,

agregaria a mão de obra dos jovens, assim como a questão do barracão (equipado com câmara fria) onde poderão ser realizadas múltiplas formas de trabalho, trazendo nutricionistas, lidando com a estocagem da produção, agregando muito mais mão de obra dos jovens que poderiam manipular os alimentos.

Do mesmo modo, precisamos também de uma linha de crédito para esses jovens, porque se fala muito em manter o jovem na terra, mas para os jovens construírem uma casa no assentamento é preciso coragem, uma vez que na cidade ele financiaria, mas aqui é preciso suor. Sabemos o quão difícil é construir uma casa, o que dificulta a moradia desse jovem no assentamento. Atualmente o crédito é familiar, com um único um titular; desse modo, como o pai acessou o crédito do lote, os filhos não têm mais esse direito.

Sobre a educação e a educação rural é necessário um incentivo maior para que sejam formados jovens especializados na terra em prol do meio rural; não há no assentamento nenhum engenheiro agrônomo o que seria ótimo para o assentamento, pois com esse incentivo os jovens teriam especializações específicas para as necessidades do assentamento.

O jovem ainda é carente de políticas públicas, inclusive na área do esporte, hoje só temos o que o próprio assentamento construiu, o poder público pode ajudar e ser um parceiro nisso se, por exemplo, tivéssemos um teatro aqui dentro; seria uma forma de cada vez mais fixar esse jovem no campo.

Nosso assentamento tem cerca de 30 anos e cada assentamento tem uma realidade; hoje temos essa estrutura e a cada ano que passa novas necessidades surgem. Antes precisávamos produzir e atualmente a necessidade é agregar valor à produção e à mão de obra desses jovens.

## **Entrevistado 2 – Altair Queiroz Pereira é filho de assentada titular e trabalha com a educação e a produção.**

Sobre a importância da luta pela terra e pela reforma agrária entende que ela fixa o ser humano no campo, para produzir alimentos, ter uma moradia digna, ter liberdade de viver com a sua família. A reforma agrária é um pouco mais complicada, pois é preciso investimento e talvez por isso ainda não foi implementada; depois de conquistar a terra são precisos os direitos básicos como saúde, educação, investimento do governo na produção, o que representa uma reforma agrária justa.

Com relação aos jovens do assentamento, é preciso salientar primeiramente que em Sumaré existem 3 assentamentos, eu moro no I, alguns têm 30 anos, ou seja, há gerações lá,

jovens que nasceram, cresceram e formaram uma família dentro do assentamento; o jovem no assentamento é livre pra fazer o que quiser, fazer aquilo que gosta. A dificuldade é que o jovem se acostuma com uma vida externa ao assentamento e se esquece da beleza de tudo aqui dentro, a importância de mantê-lo vivo, porque foi uma herança da luta dos pais deles, luta que os jovens têm que levar adiante. A vida é tranquila, temos saneamento básico, acesso a telefone, internet em todas as casas. Não podemos nos acomodar, agora temos um projeto com a UNIMEP sobre a memória, história e cultura da reforma agrária; queremos que os jovens se apropriem da história.

Para os jovens temos quadras de esporte, um centro comunitário, e isso mostra ao jovem que a sociedade precisa da coletividade. As famílias se uniram para conseguirem o que temos e, para isso, é que nosso projeto vem pra lembrar toda essa história. As gerações tem que se unir para passar a luta adiante. Há 22 anos eu trabalho com educação e produção aqui.

Entendo que o Estado não quer a reforma agrária; quando a sociedade conquista a terra ainda é preciso lutar pela educação na comunidade rural; há muita tecnologia hoje e no assentamento há produção de frutas e legumes e, por essa razão, é preciso investir na agroindústria para fixar o jovem no campo, sendo produtivo. Nos últimos 12 anos o Brasil avançou em projetos nessa área, mas ainda é preciso investimento para a desconcentração de terras no país, ou seja, é preciso investir no apoio à reforma agrária. Falta vontade política, investimento em todas as áreas, saúde, educação, cultura e lazer, o que seria um grande passo para o assentamento e na vida dos jovens que se interessariam em preservar o assentamento, sua história e a vida no campo.

No começo, o próprio município era contra o assentamento, mas com a influência das comunidades de bairro, da igreja, a sociedade fez com que o assentamento funcionasse, assim, o Estado forneceu a terra, mas não investiu na fixação das pessoas nessa terra. Um assentamento gera benefícios de todo o tipo, gera alimentos, empregos dentro e fora deste, gera consumo; já a concentração gera lucro para poucos; desde a colonização do Brasil a terra foi tirada do povo. A terra é um bem, não uma mercadoria, todos têm direito a terra. Existe investimento, mas todo investimento foi conquistado pelos trabalhadores.

**Entrevistado 3 – Ulisses Nunes Gomes, assentado titular, vereador, ex-presidente da COOPASUL e também responsável pela orientação, acompanhamento e monitoramento dos trabalhos do assentamento.**

No passado fui presidente da cooperativa, sempre ajudei a organizar o assentamento. Hoje já capacitamos muitos jovens que dão continuidade ao nosso trabalho. Hoje fico mais na orientação, no acompanhamento e monitoramento. Temos várias lideranças hoje no assentamento que teve início com 26 titulares que agora somam 59 famílias, uma vez que os jovens foram casando, constituindo suas famílias e permaneceram no assentamento; há uma média de 80 jovens na faixa etária de 15 a 29 anos.

Na luta pela terra e pela reforma agrária deve ser dada uma importância muito grande. Na verdade nós temos que falar da luta, porque nós lutamos, já que a reforma agrária ainda não aconteceu. Toda a violência que acontece nos grandes centros pode diminuir quando acontecer a reforma agrária. A luta é importante, mas só a luta em si não resolve o problema da reforma agrária. Na hora em que o cidadão tiver acesso à terra, a parte técnica e ao crédito, com certeza ele dará conta e poderá criar seus filhos, sua família e ter dignidade.

A vida dos jovens aqui no assentamento poderia ser melhor, se tivesse mais recursos para se desenvolver mais, e isso não acontece. Muitas vezes, ele mora aqui, e termina trabalhando na cidade por falta de financiamento. Mas, eu diria que, com tudo isso, o jovem daqui tem uma vida boa, digna. Temos sorte, porque moramos perto da cidade e temos como escoar nossa produção, mas, entendemos que temos que ter políticas públicas voltadas para atender a demanda dos jovens. E isso traz garantia de fixa-lo no campo.

Atualmente para esse jovem aqui do assentamento temos como área de lazer, um campo de futebol. Tentamos integrar nos programas existentes. O fato de morar perto da cidade, faz com que eles tenham acesso à escola e participem das atividades na cidade.

Ao resgatar um pouco da história lembramos que saímos da cidade porque entendemos que não tínhamos mão de obra qualificada para trabalhar. Esse retorno à terra nos deu essa oportunidade por ser perto da cidade e os que estudaram puderam ter a dimensão do que é o campo e do que é a cidade. O bom é que eles têm segurança e liberdade; eles podem ir e vir para usufruir o que tem na cidade e, por essa razão, entendemos que eles permaneceram aqui no assentamento.

A vida do jovem pode ser melhorada se também for melhorada a estrutura como, por exemplo, uma quadra de futebol. Fizemos um projeto há algum tempo atrás, com a UNIMEP de Piracicaba e isso ajudou também na permanência do jovem aqui na terra. Foi um trabalho voltado para a educação das crianças. Nós não conseguimos trabalhar essa formação, da importância da terra e foram necessários outros atores para nos ajudar. Por isso o convênio com a UNIMEP trouxe os professores da universidade para dentro da terra. A experiência foi tão boa que os nossos filhos que participaram, já estão casados e permanecem aqui no



assentamento. No momento, o nosso deputado Tito, está solicitando à Universidade UNIMEP o desenvolvimento do mesmo projeto com os jovens atuais.

Sabemos que hoje com a tecnologia, com a internet, muitas vezes a criança fica muito tempo envolvida nas redes sociais e se estiver abrangida por esse projeto da UNIMEP este abrirá um horizonte para o futuro. Eles precisam saber que é preciso continuar lutando por uma quadra e por outras políticas, como o programa “Minha casa, minha vida”, linha de crédito, assim como nós lutamos para conseguir a terra. A linha de crédito é muito importante, porque o jovem poderia ter seu próprio negócio, mas pelo fato de não ter direito, ele fica na dependência do titular. O outro problema é que são três alqueires por titular e com o passar do tempo os filhos crescem, casam e precisam sustentar sua família e nem sempre essa quantidade de terra é adequada para toda a família. Às vezes, eles ficam limitados por falta de crédito para investimento.

**Entrevistada 4 – Lucinda de Fátima Santos Beca, assentada titular, agricultora e presidente da Cooperativa de Produção Agropecuária e Comercialização dos Assentamentos de Sumaré (COOPASUL).**

Lucinda de Fátima confirma em entrevista que no Assentamento I são 26 titulares, que estão desde 1984, que somam 59 famílias e que possui aproximadamente 250 pessoas, sendo uma média de 80 jovens.

Na história do assentamento, a luta foi difícil para se chegar até onde se chegou hoje, pois foi muito sacrificado para as pessoas que entraram desde o início e que conseguiram sem qualquer assistência técnica, sem qualquer apoio. Os assentamentos não tem apoio. Os assentados arregaçaram as mangas e foram à luta. Hoje é possível escoar a nossa produção, viver da terra do assentamento, da luta que a gente fez e ainda atender outras pessoas com dificuldade e “modéstia a parte”, ainda bem feito.

Com relação à importância da luta pela terra e pela reforma agrária acho que é uma condição melhor de vida que você adquire; a reforma agrária tira os jovens das ruas, da prostituição, das favelas e dá uma condição de vida muito melhor do que na cidade.

Aqui no assentamento as crianças estudam e não trabalham; têm o acompanhamento da assistente social do Estado, que é da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e assim eles vivem bem, são alegres e gostam de morar aqui.

Os jovens do assentamento querem permanecer aqui, viver do que se produz aqui. Eu acho isso importante porque todo mundo quer ir para a cidade e se todo mundo for para a cidade, o povo vai comer o quê?

Para melhorar a vida desse jovem na questão do lazer, cultura, entre outras coisas, seria interessante uma área esportiva, por exemplo. A gente já tem o campo, mas os jovens querem uma quadra de futebol. Lá em cima tem uma área onde sonhamos construir uma pista, um campinho de areia para eles fazerem torneios de domingo, reunirem os amigos para discussões, conversas, em momentos agradáveis, onde eles possam interagir mais e ter assim uma intervenção.

Com relação a projetos por parte do governo estadual ou municipal estes não existem. Não há acesso a financiamentos. Muitos fazem feira de forma autônoma com suas barraquinhas, mas sonham em melhorar, ampliar, comprar, mas a autorização que possuem é apenas para comercializar e não para financiar.

Há um tempo saiu uma conversa sobre o programa “Minha casa, Minha vida” estar vindo para os assentamentos, mas, até agora ninguém conseguiu acessar. Até surgiu um crédito, na Caixa Econômica Federal, para os titulares poderem reformar suas casas, mas este começou e parou e não foi até o fim.

A COOPASUL é uma cooperativa criada para ajudar a escoar a produção que estava sobrando no assentamento. Embora os assentados estivessem inscritos nos projetos da prefeitura para escoar sua produção, ainda assim, estava difícil e não estava sendo suficiente. Hoje se vende para compras diretas, para as prefeituras, para os presídios, para o Estado. Ocorre também a doação simultânea, a cooperativa compra e entrega para as entidades como doação.

Dessa cooperativa todas as 59 famílias fazem parte. Todos eles estão cadastrados, e todos eles vendem para os projetos. “A gente está na merenda escolar de Hortolândia. Então assim, melhorou muito, bastante”.

Dos 80 jovens assentados, uns 70 trabalham na cooperativa. O que falta mesmo de política pública para os jovens é crédito, por eles não serem os titulares da terra, eles não conseguem crédito para construir sua própria moradia no assentamento familiar, isso faz com que alguns procurem alternativas de trabalho na cidade para construir sua moradia e constituir sua família.

## 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando a entrevista realizada com os jovens e os militantes assentados do Assentamento I de Sumaré, foi encontrada uma realidade ainda carente de políticas públicas voltada para a sua permanência na terra e a continuidade da luta pela reforma agrária.

Desde 1984, um total de 59 famílias, sendo 26 titulares e aproximadamente 80 jovens de 15 a 29 anos vêm lutando para sua permanência na terra e isso não tem sido fácil, por vários fatores.

Fica evidente na entrevista que os jovens neste momento sonham em ter seu próprio lote e produto, mas com a falta de linha de crédito, por não serem titulares da terra, acabam indo procurar emprego na cidade, mas continuam morando no assentamento.

Não há no momento políticas públicas para financiamento de crédito para o jovem filho de agricultor e a política pública já existente do Governo Federal “Minha casa, Minha vida” ainda não chegou ao campo. O fato é que o jovem que trabalha na cidade fica desarticulado do coletivo através da participação da produção e escoamento do produto cultivado.

A proposta para esse caso da juventude do assentamento I de Sumaré, seria ter os mesmos direitos do titular, sabendo da sua origem como filho de agricultor. Para tanto ele precisa de todas as políticas de créditos, ou seja, para construção, investimento na produção, armazenamento, maquinário, escoamento da produção, bem como fazer chegar até eles o Programa do Governo Federal “Minha casa, Minha vida”.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste processo de produção do estudo de caso e realização das entrevistas foi possível perceber que mesmo num assentamento considerado modelo no país como é o Assentamento I de Sumaré, há muitas reivindicações que são feitas, pelos jovens.

Sabe-se que a reforma agrária ainda não aconteceu de fato, mas com base na realidade de outros assentamentos do Estado de São Paulo em especial o do Pontal do Paranapanema, o Assentamento I de Sumaré é tido como referência no que diz respeito a sua organização e luta pela permanência na terra.

Outro fator importante é a valorização e empenho para que os jovens estudem. Das cinco pessoas entrevistadas três têm curso superior.

No momento a maior necessidade para o Assentamento é com relação à produção, segundo a presidente da COOPASUL, pois eles necessitam da construção de um barracão para o trabalho produtivo, de uma climatizadora para as frutas e de um caminhão para fazer o escoamento da produção de modo mais rápido.

Com estas considerações o presente trabalho buscou apresentar uma reflexão da inserção do jovem na organização local e no processo de luta pela reforma agrária.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo Martori (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. Análises de uma Pesquisa Nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BECA, Lucinda de Fátima Santos. **Entrevistada** na Área Comunitária do Assentamento I, no dia 19 de maio de 2014 às 8:00.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos. PNDH – 3**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **I Conferência Nacional da Juventude**. Texto Base - 2008. Secretaria Nacional da Juventude. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Juventude/texto\\_base\\_1\\_conferencia\\_juventude.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Juventude/texto_base_1_conferencia_juventude.pdf)> Acesso em abril 2014.

\_\_\_\_\_. **II Conferência Nacional da Juventude**. Texto Base - 2011. Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em: <[http://www.juventude.gov.br/conferencia/documentos/texto-base/copy\\_of\\_texto-base](http://www.juventude.gov.br/conferencia/documentos/texto-base/copy_of_texto-base)> Acesso em abril 2014.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural: projetos e valores**. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo Martori (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. Análises de uma Pesquisa Nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FREITAS, Maria Virginia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

GOMES, Ulisses Nunes. **Entrevistado** na Área Comunitária do Assentamento I, no dia 19 de maio de 2014 às 9:00.

MARTINS, José Pedro Soares. **Terra Nossa Prometida** - Os Vinte anos do Assentamento I de Sumaré. Campinas: Komedi, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil**. História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Edécio V. de. **Bancada Ruralista: um grupo de interesse**. Brasília: INESC, 2001.

PEREIRA, Altair Queiroz. **Entrevistado** na Área Comunitária do Assentamento I, no dia 11 de maio de 2014 às 15:30.

RIBEIRO, Matilde. **As políticas de igualdade racial no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2009. (Coleção Análises e Propostas, n. 35).

RICHARDSON, Robert J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Sonia Meli; SILVA, Samuel Dias da. **Entrevistados** em sua residência no Assentamento I, no dia 11 de maio de 2014 das 13:30 às 15:00.

SUMARÉ – HISTÓRIA VIVA. **Documentário**. Coordenação de Ana Beraldo. Parceria Produtora Frame. Patrocínio da Honda Automóveis do Brasil. Desenvolvido sob os auspícios da Lei Rouanet – Ministério da Cultura, 2011.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

## **APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Este roteiro, para execução da entrevista, tem caráter acadêmico e visa complementar o Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão em Políticas Públicas, sobre o tema “Assentamento I de Sumaré (SP): A Inserção do Jovem na Organização Local e no Processo de Luta pela Reforma Agrária”.

- 1) Gênero:    (   ) Masc.    (   ) Fem.
- 2) Idade:
- 3) Assentado Titular ou Familiar?
- 4) Qual a sua função no Assentamento I?
- 5) Qual a importância da luta pela terra e pela reforma agrária?
- 6) Como é a vida dos jovens aqui no assentamento? (meninos e meninas)?
- 7) O que há de bom na vida dos jovens no assentamento?
- 8) O que é preciso ser feito para melhorar a vida dos jovens no assentamento?